

Subcomissões encerram trabalhos e Constituinte inicia hoje nova etapa

Da Sucursal de Brasília



O Congresso constituinte entra hoje em uma nova etapa de seus trabalhos. As 24 subcomissões encerram seus trabalhos com a entrega dos seus pareceres que passam a ser examinados agora pelas oito comissões que, a partir do próximo dia 15, vão enviar suas propostas à Comissão de Sistematização. A data prevista para o início do exame do anteprojeto da nova Constituição é o dia 16 de julho.

A primeira característica dos textos produzidos na etapa que se encerra hoje é o seu excessivo detalhamento. Ao lado dessa tendência analítica — que aponta para uma Constituição muito maior que a atual — outra marca evidenciada é a da manutenção da maior parte dos princípios que nortearam a Carta em vigor, ou seja, não foram aprovadas — até aqui — as propostas de mudanças mais profundas ou radicais.

Ainda ontem votavam seus pareceres as subcomissões da Reforma Agrária, do Poder Judiciário, dos Estados, Direitos e Garantias Individuais, das Minorias e da Educação. No sábado, já tinham um texto final

— a ser revisto hoje — as subcomissões dos Municípios, Tributos, Nacionalidade e Soberania, Direitos Coletivos, Poder Legislativo, Defesa do Estado, Saúde, Ciência e Tecnologia e das Comunicações.

As novidades mais expressivas ocorreram na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores, que conseguiu aprovar uma fórmula de estabilidade no emprego — segundo a qual os empregados só podem ser demitidos por falta grave comprovada judicialmente — e a jornada de trabalho semanal máxima de quarenta horas. A Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes aprovou uma tese de que as verbas públicas só devem ser destinadas a escolas públicas. Na

área econômica, instituiu-se o princípio da reserva de mercado — para os setores que dela podem se valer para seu desenvolvimento.

A Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, para abrigar os membros da União Democrática Ruralista (UDR), chegou a mudar o seu local de reunião e foi trabalhar no plenário do Senado. Ali, o presidente da Comissão, senador Edison Lobão (PFL-MA), instituiu a exigência de credenciamento para a imprensa — o que não ocorreu em nenhuma outra subcomissão — como forma de abafar as manobras feitas para impedir a aprovação do relatório do deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE).

Reforma Agrária

Sessão tumultuada impede entrega de proposta

Depois de treze horas de uma tumultuada sessão, a Subcomissão da Política Agrícola e da Reforma Agrária não chegou a nenhuma proposta concreta sobre a reforma agrária para ser encaminhada hoje à Comissão da Ordem Econômica e Social. Contribuíram para o desentendimento e favoreceram as manobras políticas contra a reforma agrária as informações prestadas pelo presidente Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, para o encaminhamento dos trabalhos.

O deputado Ulysses Guimarães, designou o deputado Oswaldo Almeida (PL-RJ) para ser suplente de um constituinte do PMDB na Subcomissão. Garantiu preferência de votação para um substitutivo em detrimento ao anteprojeto do relator. Por último, Ulysses deu um despacho genérico ("publique-se") em consulta feita pelo senador Mário Covas sobre a indicação de um membro do PL como suplente de um titular do PMDB.

A ala "progressista" da Subcomissão tentou obstruir a votação, principalmente porque não estava presente o deputado Benedito Monteiro (PMDB-PA), que lhe garantiria maioria (13 a 12). Entretanto, de nada

Jornalistas são agredidos por seguranças

O repórter fotográfico do jornal "O Globo" Sérgio Marques foi agredido ontem por um segurança do Senado, de nome "Flávio", que deu um soco no rosto do jornalista, quebrando-lhe o nariz e cortando-lhe o lábio. Em desacordo com o regimento interno do Congresso constituinte, o presidente da Subcomissão da Reforma Agrária, senador Edison Lobão (PFL-MA), determinou que a entrada da imprensa no Senado fosse dificultada.

Uma hora antes, o fotógrafo tenta-

ra proteger o repórter da Folha Márcio Chaer, que devolvera um empurrão recebido de outro segurança e que fora ameaçada por um grupo de quinze colegas seus. Mais tarde, o fotógrafo Marques foi retirado à força do plenário e agredido em plena sessão da subcomissão. O vice-presidente desta, senador Saldanha Derzi (PMDB-MS), confirmou a ordem de "rigor" aos seguranças e, dirigindo-se a eles, afirmou: "É isso mesmo. Os senhores estão proibidos de apanhar aqui dentro."

valeram os esforços. A ala "conservadora" assegurou a rejeição do anteprojeto do relator, deputado Oswaldo Lima Filho, e aprovação do substitutivo do deputado Arnaldo Rosa Prata (PMDB-MG). Para isso contaram com o apoio do presidente da Subcomissão, senador Edison Lobão (PFL-MA), que desconheceu a presença do deputado Ivo Mainardi (PMDB-RS), contrário ao substitutivo.

Segundo o relatório do deputado Oswaldo Lima Filho, o presidente da

Subcomissão, senador Edison Lobão, tomou decisões contrárias ao que determina o Regimento Interno do Congresso constituinte. A primeira delas teria sido a de insurgir-se contra o artigo 5º do Regimento que assegura preferência de votação ao substitutivo do relator. Edison Lobão, conforme afirma o relatório de Lima Filho, deu preferência ao substitutivo de Rosa Prata que não foi publicado nem conhecido pelos membros da subcomissão. Em seguida recusou-se a aceitar a substituição do deputado

Intervenção do Estado

Proposta de relator é rejeitada quase na íntegra

O relatório da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime de Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica foi rejeitado ontem praticamente na íntegra pela maioria de seus membros. Dos vinte artigos da proposta do relator Virgildásio de Senna (PMDB-BA), considerada excessivamente estatizante pela maioria da subcomissão, foi aprovado na íntegra apenas o que dispõe sobre a prestação de serviços públicos pelo Estado.

O relatório de Senna teve aprovações, ainda, parcialmente, o artigo

dispondo que os investimentos estrangeiros serão admitidos no interesse nacional e disciplinados na forma da lei, e os parágrafos sobre o tratamento dispensado às estatais — ficando sujeitas às mesmas normas relativas ao direito do trabalho e ao mesmo regime tributário aplicáveis às empresas privadas.

Os trabalhos da subcomissão, iniciados às 9h foram suspensos às 15h30, após votação do relatório, e reiniciados às 17h30. Até as 20h, eles prosseguiram, com o início da votação de emendas. O presidente, deputado

Delfim Netto (PDS-SP), rejeitou diversas questões de ordem apresentadas pelos que pretendiam a suspensão dos trabalhos por 24 horas, alegando a necessidade de tempo para análise de cerca de trezentas emendas que deveriam ser apreciadas, face à rejeição quase total do relatório.

A decisão do presidente da subcomissão de dar prosseguimento aos trabalhos provocou o protesto dos deputados Luiz Salomão (PDT-RJ), Wladimir Palmeira (PT-RJ) e Rael Cândia (PFL-RO), que aban-

donaram o plenário às 19h. O deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), disse que a atitude deles constituía "uma prática antidemocrática, que foi a de não aceitar a decisão da maioria".

"Somos o 'Centro Democrático' e, por isso, não podemos ficar com propostas estatizantes que têm o apoio a um só tempo da esquerda e da direita", disse Afif. Segundo ele, a derrota do relatório foi fruto da própria postura do relator, "que não acolheu quase nada das mais de trezentas emendas".

Poder Judiciário

Aprovada divisão do STF em duas seções

A Subcomissão do Poder Judiciário aprovou, na madrugada de ontem, a divisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em duas seções, reservando uma delas especialmente para julgar questões ligadas à Constituição. Durante a votação, o líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), tentou pressionar a Subcomissão, mencionando discretamente um telefonema do presidente José Sarney contra a aprovação da proposta. A ideia de criação do Tribunal Constitucional não chegou a ser apreciada porque o relator, deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), abriu mão, antes de apresentar seu relatório, em favor da emenda de Michel Temmer (PMDB-SP) — que propunha a divisão do STF — incluindo-a no anteprojeto. Plínio Sampaio tomou a decisão por entender que o Congresso constituinte "não está preparado para ir tão longe".

A solução encontrada, na opinião do relator, "já representa um grande avanço", assim como a autonomia administrativa e financeira conquistada para o Ministério Público que, no caso da instância federal, também sofre divisão. O procurador-geral da República passará a ser apenas o advogado da União, e as funções de defesa dos interesses dos cidadãos e da própria lei passam para um Promotor-Geral.

Na forma em que foi aprovado, o novo Supremo funcionará com 19 ministros, nomeados pelo presidente da República, sendo onze vitalícios e oito com mandato de doze anos, aprovados pelo Congresso.

Educação e Cultura

Anteprojeto aprova término da censura

De acordo com o anteprojeto aprovado no final da noite de anteontem na Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes do Congresso constituinte — ligada à Comissão da Família, Educação e Cultura —, não haverá mais censura no país, em se tratando das obras literárias e outras de caráter cultural.

A emenda aprovada, assinada pela deputada Márcia Kubitschek (PMDB-DF), foi defendida pelo deputado e sociólogo Florestan Fernandes (PT-SP), argumentando que a censura não pode ser policial, mas somente orientativa e sob o controle dos próprios intelectuais.

Moral

Contra a proposta de liberação da censura, manifestou-se o deputado Antonio de Jesus Dias (PMDB-GO), que é também pastor evangélico, psicólogo e professor universitário.

Ele ficou indignado com a aprovação do fim da censura e também com a rejeição de uma emenda de sua autoria que previa a obrigatoriedade das emissoras de televisão transmitirem uma programação dedicada à educação, moral e civismo.

Receita

Pelo anteprojeto, a União estará também obrigada a aplicar, no mínimo, 2% da sua receita de impostos em atividades de proteção, apoio, estímulo e promoção das culturas brasileiras.

Defesa do Estado

Atendidos os pedidos das Forças Armadas

O parecer assinado pelo deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), 47, relator da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e da sua Segurança, foi aprovado na madrugada de ontem com uma única e pequena alteração, que garantiu ao Correio Aéreo Nacional as mesmas atribuições que ele tem hoje. Todas as reivindicações do Exército, da Marinha e da Aeronáutica foram incorporadas no relatório.

Na votação do parecer, apenas dois dos dezenove membros presentes o rejeitaram: o petista José Genoíno (SP) e o pedetista Lyzaneas Maciel (RJ). Em contrapartida, nenhuma das vinte sugestões de modificação do relatório, apresentadas pelos dois parlamentares foram acatadas.

Foi aprovado o "Estado de Defesa" para casos em que se entenda necessário preservar "a ordem pública ou a paz social", ameaçadas ou atingidas por "calamidades ou perturbações cuja gravidade não exija a decretação do Estado de Sítio". O estado de sítio, por sua vez, será um recurso do presidente da República, que o submeterá ao Congresso para deliberação no prazo de cinco dias.

Todas as tentativas para explicitar que as Forças Armadas destinam-se à defesa da pátria e à garantia dos poderes constitucionais "por iniciativa destes", (o pedido de defesa teria de partir do próprio poder e não da iniciativa própria dos militares) foram derrubadas. Foi adotada a proposta da Comissão Afonso Arinos sobre os imperativos de consciência para que o jovem se exima do serviço militar com armas.

Sistema Financeiro

Tabelamento de juros não consta do parecer

A Subcomissão do Sistema Financeiro rejeitou ontem, por onze votos a oito, a proposta de tabelamento dos juros reais (acima da variação inflacionária) em 12% ao ano, apresentada no relatório do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP). Prevista nos artigos 2 e 15 do anteprojeto preparado pelo relator, a proposta foi suprimida por emenda do deputado Sérgio Werneck (PMDB-MG).

Com a derrota de tabelamento dos juros caiu também a proposta de Gasparian de introduzir na nova Constituição o conceito de crime de usura para punir agentes do sistema financeiro. Da mesma forma, foram derrotadas pela maioria dos constituintes da subcomissão as emendas que pretendiam a estatização do sistema financeiro e da captação de poupança, apresentadas pelos deputados Luiz Gushiken (PT-SP), Darci Deitos (PMDB-PR) e José Carlos Vasconcellos (PMDB-PE).

Bancos estrangeiros

Até as 20h de ontem, a Subcomissão do Sistema Financeiro prosseguia na votação de emendas ao relatório. O relator assegurou, contudo, a aprovação de dispositivos que proíbem os bancos estrangeiros de operar na captação de depósitos, criam a Comissão Especial Mista Permanente do Sistema Financeiro do Congresso Nacional (que deverá substituir o Conselho Monetário Nacional) e condicionam à aprovação do Congresso os nomes do presidente e dos diretores do Banco Central.

Polarização ideológica marcará os trabalhos

A polarização ideológica dará, a partir de agora e até o final, a tônica dos trabalhos do Congresso constituinte. A divisão dos parlamentares em dois blocos — direita e esquerda, à parte as inevitáveis nuances — esteve diluída em meio à miscelânea de propostas — milhares — encaminhadas às 24 subcomissões que encerraram neste fim-de-semana sua tarefa. Durante semanas, os parlamentares se limitaram a ouvir representantes dos mais diversos segmentos sociais, em "audiências públicas" marcadas pelo baixo comparecimento. Já na fase de votação dos relatórios das subcomissões, a serem entregues hoje à apreciação em segunda instância das oito comissões, o perfil

ideológico de cada um dos 559 constituintes começou a se delinear com mais clareza.

Ultrapassada a primeira etapa do "funil" deliberativo da Constituinte (após as comissões temáticas há a comissão de sistematização e o plenário), ainda não é possível saber quem levará a melhor. Um balanço das decisões preliminares mostra um certo equilíbrio entre os dois blocos: alguns pareceres mostram um claro predomínio das posições ditas "progressistas", enquanto outros se inclinam em favor dos chamados "conservadores". A esquerda conseguiu aprovar, na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e dos Servidores Públicos, praticamente toda a

pauta de reivindicações das centrais sindicais: estabilidade no emprego, direito irrestrito de greve, jornada semanal de 40 horas etc. Foi vitoriosa também ao garantir o princípio da reserva de mercado e a destinação de verbas públicas apenas para as escolas públicas.

Mas os "conservadores" também contabilizam expressivas vitórias. Mantiveram inalterado o papel constitucional das Forças Armadas e rejeitaram propostas como a criação do Ministério da Defesa ou a extinção do serviço militar obrigatório. E, sob o comando do ex-ministro Delfim Netto (PDS-SP), derrotaram as teses estatizantes do deputado Virgildásio

Senna (PMDB-BA), relator da subcomissão encarregada de estabelecer os princípios gerais da economia.

Esse fenômeno — rejeição de anteprojeto apresentado por um relator de esquerda — pode ser o prenúncio de novos êxitos da ala direita. A esquerda e centro-esquerda, que detinham 18 dos 24 relatores de subcomissões, foram derrotadas em várias delas. É o caso de Cristina Tavares (PMDB-PE) e Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), que não conseguiram aprovar suas propostas para as comunicações e a reforma agrária, respectivamente. Já os seis relatores de direita ou centro-direita não tiveram dificuldade em fazer passar suas posições. (Igor Fuser)